

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e sete

Estiveram presentes à reunião: Sra. Ana Paula S. Augusto, representante dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Sr. André L.C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Sra. Antonia Bersi, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sra. Cristina R. Da Silva, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Sra. Edna F. Sousa, representante dos trabalhadores de saúde dos serviços públicos municipais; Sr. Ercindo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste e Presidente do Conselho; Sr. João Xavier, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Dr. José Francisco K. Saraiva, Secretário Municipal de Saúde; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Lígia Ap. N. De Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Sr. Luverci C. Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Maria Ivonilde L. Vitorino, representante dos trabalhadores de saúde dos serviços públicos municipais; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Sr. Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical; Sr. Renato S. Santos, representante das associações de aposentados; Sr. Ricardo C. Moura, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sr. Ronaldo L. Almeida, representante do Movimento Sindical; Dr. Simão Raskin, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Dr. Fábio L. Alves, representante suplente da UNICAMP; Sra. Izabel P. de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Sr. José Augusto de Souza, representante suplente dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Dra. Maria Cecília B. Piovesan, representante suplente da Secretaria de Saúde; Dra. Maria Filomena G. Vilela, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Maria Helena Nogueira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde; conselheiros locais de saúde; representantes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Justificaram ausência: Sra. Laura S. Camilo, representante dos serviços de saúde da PUC Campinas; Dr. Luiz Carlos Zeferino, representante da UNICAMP; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante do Departamento Regional de Saúde; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Dr. Rober T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti. Faltaram: Sra. Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Sr. Jorge Krassuski, representante das entidades de classe; Dr. Odorino H. Kagohara, representante da PUC Campinas; Dr. Oswaldo R. Grassioto, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. Reginaldo B. Paiva, representante do Movimento Sindical; Sra. Soeli A.M. Gava, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde.

A pauta da reunião constou dos seguintes itens: 1) Dengue; 2) Segurança das Unidades e Serviços de Saúde; 3) Impacto do reajuste da tabela SUS; 4) Informes.

Sr. Zétula iniciou a reunião fazendo a leitura da pauta e solicitando que, devido à aprovação da nova lei do Conselho pela Câmara Municipal, fosse montada uma comissão eleitoral para dar início ao processo de eleição dos conselheiros para o próximo período, o que, caso houvesse concordância dos conselheiros, deveria ser feito após a discussão dos assuntos da pauta. Além disso, informou que possíveis emendas à proposta de regimento interno do Conselho distribuída aos conselheiros deveriam ser encaminhadas à Secretaria Executiva até o dia 15.01.08 para que a mesma pudesse ser discutida e aprovada na reunião de janeiro. Sr. André solicitou que, no caso de não haver possibilidade de discutir a questão da lavanderia do Cândido Ferreira naquela reunião, o assunto também fosse pautado para a reunião de janeiro, tendo ficado a cargo da Secretaria Executiva a definição da pauta. Antes de passar para a pauta propriamente dita, Dr. Saraiva apresentou a Dra. Maria Filomena como nova diretora da Vigilância em Saúde, uma vez que a Enf^a Salma havia solicitado afastamento por questões pessoais. Dra. Filomena fez um agradecimento público à Sra. Salma que esteve à frente da Coordenadoria de Vigilância em Saúde por 7 anos, bem como à equipe e ao Secretário pela confiança depositada. Colocou à disposição de todos o material utilizado na apresentação. Iniciou dizendo que uma das características do vetor transmissor da dengue é a diferença com o pernilongo comum. Apresentou os aspectos gerais sobre a transmissão da doença, seus sintomas, aspectos gerais da doença, situação da dengue no mundo. Declarou que a situação é preocupante porque no Brasil, até setembro, foram confirmados 480.000 casos, com 121 óbitos; no Estado de São Paulo, 64.900 casos e 16 mortes. Em Campinas a preocupação é devida ao fato de que porque em 2007 ocorreu a maior epidemia da história, tendo até este momento 21.772 casos suspeitos, 5.050 casos confirmados por laboratório (está sendo aguardado ainda o resultado de 8 mil exames), 13 casos de dengue hemorrágica, 1 óbito e outros 12 casos graves aguardando confirmação. Outro fato de grande preocupação é não ter havido interrupção da transmissão nos meses de inverno de 2006 e 2007. Colocaram quais são as situações favoráveis à dengue e apresentou gráficos com o número de casos em Campinas desde 1998; incidência nos anos de 1998, 2002 e 2007; número de casos no inverno. Informou também que o custo estimado da epidemia até julho de 2007, sendo o custo total com atendimento aos pacientes notificados de R\$ 33.707.083,80. Foi feita uma proposta de programa de investimento para a interrupção da epidemia e prevenção de novas, num total de R\$ 4.920.000,00. Para isso, estão sendo solicitados recursos, tanto para o Estado quanto para a União, não só para Campinas, mas em conjunto com outros 7 municípios da região metropolitana. Foram desencadeadas pela Secretaria de Saúde as seguintes ações: ações de vigilância e intervenções ambientais a partir dos 22 mil casos suspeitos notificados; elaboração de mapa de risco para doença no município, contemplando série histórica de casos de 98 a 2007, meses sem interrupção da transmissão de 2006 e 2007, densidade populacional, pessoas em moradia sem água e coleta de lixo, número de criadouros existentes em cada casa, pontos de médio e alto risco; criação da Comissão Municipal de Controle de Epidemias e Endemias – força tarefa para dentro do governo e trabalho intersetorial; ações conjuntas e intersetoriais nas áreas prioritárias; mobilização social – campanha de sensibilização da sociedade; atualização e capacitação das equipes da rede de saúde municipal e privada; revisão do arcabouço legal para intervenções em imóveis fechados e/ou recusas ou situações ambientais de difícil solução; oficina de trabalho para revisão das diretrizes e bases técnicas para o programa municipal de controle da dengue; incremento dos recursos humanos e materiais da Secretaria de Saúde voltados ao controle do vetor e controle da epidemia, de acordo com o mapa de risco. A oficina teve 3 eixos de discussão, quais sejam: controle do vetor, gestão e vigilância epidemiológica, tendo apontado como principais diretrizes: retomada das atividades casa a casa com periodicidade definida no mapa de risco; uso de larvicida (BTI) em todos os recipientes que não possam ser protegidos ou removidos de forma mecânica; bloqueio de foco a partir de um caso de dengue positivo; realizar em 9 quarteirões ao redor do caso ou o equivalente em metros: remoção de criadouros, controle larvário com eliminação e tratamento de focos, aplicação de inseticida em UBV, atuação em pontos estratégicos/ pontos de risco; critério de confirmação de caso: laboratorial e clínico epidemiológico; trabalho dos agentes e complementaridade com o trabalho do agente de controle de vetores. Para dar conta de todo o trabalho são necessários 282 ajudantes de controle ambiental (hoje há 36, devendo ser contratados mais 246) e de 27 supervisores de controle ambiental (hoje há 19, devendo ser contratados mais 8). Outro fator importante a ser destacado é a necessidade de cuidados com esses trabalhadores, antes e após a exposição ao veneno, bem como com os moradores. Finalizando a apresentação, colocou o que pode e deve ser feito pela sociedade para prevenir a dengue. Aberta a palavra aos presentes, manifestaram-se os conselheiros: Terezita (CAPS Integração), Xavier, Ricardo, Paulo Sérgio, Porsani, Junior, Izabel, colocando as seguintes questões: necessidade de ações intersetoriais e conjuntas

com Administrações Regionais, escolas, igrejas, associações de bairro, envolvendo a comunidade como um todo; nocividade do inseticida; trabalho a ser desenvolvido pelos ajudantes e supervisores de controle ambiental; tempo de contratação; necessidade de apontar recursos para campanha publicitária; qual montante de recursos do orçamento próprio foi utilizado para o combate à dengue; avaliação do governo estadual referente ao combate à dengue; estrutura para combate; descentralização de recursos para os distritos; existência de métodos alternativos para controle da doença; efeitos do veneno no organismo humano; reuniões das equipes com os Conselhos Locais de Saúde. Sra. Helen, coordenadora da VISA Sudoeste, relatou a experiência com os conselheiros do Jardim Aeroporto que têm acompanhado o trabalho dos agentes comunitários nas residências em que há dificuldade de acesso por parte desses profissionais, facilitando em muito o desenvolvimento das ações necessárias. Referindo-se à contratação de profissionais para o combate da epidemia, Sr. André declarou que o Cândido Ferreira não se furtará a ajudar o SUS Campinas em mais esse momento de necessidade, mas que é necessário que os processos seletivos realizados realmente possibilitem a redução do número de profissionais contratados pela instituição. Respondendo às questões, Dra. Filomena colocou que quando se fala de controle integrado de vetor é preciso que se entenda que o veneno é somente um dos aspectos e que a Secretaria tem sido bastante criteriosa na sua utilização, conclamando o Conselho a discutir o assunto sem paixão. Posicionou-se no sentido de que o fato de estarmos vivendo uma epidemia desse tamanho significa que está havendo falha no controle do vetor e que para que sejam utilizadas formas alternativas de atacá-lo é necessário que as mesmas tenham eficácia comprovada. Reforçou mais uma vez a importância do trabalho conjunto e da mobilização da sociedade como um todo, devendo ser definidos os diversos papéis. Dr. Saraiva esclareceu que a Comissão Intersectorial criada pelo Prefeito tem como único objetivo chamar à responsabilidade as atividades meio, uma vez que o combate à epidemia é dever de todos. Com relação ao investimento por parte do Estado declarou não estar sendo na intensidade desejada e sobre a participação de representantes do Conselho na Comissão Intersectorial considerou não haver nenhum impedimento, tendo sido indicados a Sra. Maria Ivonilde e o Sr. João Xavier. Sra. Andréa, Coordenadora do Programa Municipal de Dengue, prestou esclarecimentos acerca da colocação de armadilhas, uso de veneno, cuidados com os trabalhadores, papel dos agentes e supervisores, questões relacionadas aos exames laboratoriais e tratamento. Sra. Brigina, Coordenadora da área de Vigilância Epidemiológica, reforçou que estão sendo teladas as caixas d'água e sendo realizado o controle de ovos, larvas e alados. Sobre os exames laboratoriais esclareceu terem mais valor epidemiológico, uma vez que não é possível aguardar o resultado para realizar o tratamento, e que a partir de agora não será realizada sorologia para todos os pacientes. Sra. Izabel reforçou a importância de serem envolvidos os Conselhos Locais de Saúde nas discussões. Tendo em vista o adiantado da hora, os conselheiros presentes optaram por não discutir a questão da Segurança nas Unidades e Serviços de Saúde naquele momento. Sr. Zétula sugeriu que fosse marcada uma reunião extraordinária em janeiro para que pudessem ser discutidos os pontos de pauta pendentes, bem como a proposta de regimento interno do Conselho. Ficou definida a data de 30.01 para a realização da reunião extraordinária, ficando a cargo da Secretaria Executiva a definição das pautas das reuniões. Sobre o impacto do reajuste da tabela SUS, Dra. Cecília informou que o Ministério da Saúde publicou sua reedição, onde as consultas médicas passaram a ter o valor de R\$ 10,00 (aumento de R\$ 3,00), as diárias de UTI de R\$ 600,00 e vários procedimentos ainda em estudo, havendo, nesse momento, apenas uma previsão desse impacto. Informou ainda que, devido à cláusula dos convênios, todo o reajuste da tabela será repassado aos prestadores, sendo previsto para a PUC R\$ 235.788,00, para o Mário Gatti R\$ 100.000,00, Maternidade de Campinas R\$ 50.000,00, Fundação Raskin R\$ 9.502,23, e Penido Burnier, R\$ 6.742,38, conforme tabela distribuída aos conselheiros e que se encontra arquivada na Secretaria Executiva do Conselho. Informou que nem a Beneficência nem a Irmandade receberão o impacto e que o Cândido Ferreira, por receber repasse de custos, também não será contemplado neste momento. Conforme combinado no início da reunião, ficaram designados para compor a Comissão eleitoral, responsável pelo processo de recomposição do Conselho, os conselheiros Renato e Leonilda, representando os usuários; Edna, representando os trabalhadores; e Cecília, representando os gestores. Esta comissão, além de acompanhar o processo, também terá a incumbência de apresentar proposta de cronograma das eleições dos diversos segmentos na próxima reunião do Conselho. Passando para os informes, Sra. Silvia, em nome da Secretaria de Saúde, convidou a todos para a inauguração do CAPS Estação, a ser realizada no dia 13.12, às 10 horas, bem como para a inauguração do CS Joaquim Egídio, no dia 14.12, às 9 horas. Agradeceu, em nome de todos, a Dra. Filomena por ter escrito a mensagem de final de ano distribuída aos conselheiros. Dr. Fábio comunicou sua indicação como membro do Conselho Estadual de Saúde. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.